

## GLOBALIZAÇÃO OU RECOLONIZAÇÃO?

*José Luís Cabaço*<sup>1</sup>

**Resumo:** A ofensiva capitalista pela hegemonia mundial que se intensificou após a queda do muro de Berlim tem fortes analogias com a primeira grande mundialização do capital. A estrutura e as metodologias da reorganização da economia-mundo em curso no continente africano, sob a cobertura ideológica da globalização e da inexistência de alternativas, são analisadas de forma comparada com a fase de expansão do capital que marcou a História da humanidade há pouco mais de um século e meio, e que conduziu ao colonialismo.

**Palavras-chave:** África. Moçambique. Globalização. Colonialismo. Estado-Nação. Hegemonia.

**Abstract:** The capitalist offensive for world hegemony that intensified after the fall of the Berlin Wall has strong analogies with the first great globalization of capital. The structure and methodologies of the reorganization of the world economy underway on the African continent, under the ideological coverage of globalization and the non-existence of alternatives, are analyzed in a way compared to the phase of capital expansion that marked the history of humanity a little more of a century and a half, and that led to colonialism.

**Keywords:** Africa. Mozambique. Globalization. Colonialism. Nation State. Hegemony.

<sup>1</sup> Nasceu em Maputo. Participou na luta pela independência de Moçambique. Sociólogo pela Universidade de Trento, Itália. Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo. Prémio ANPOCS/2008. Autor de do livro *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação* (São Paulo: Unesp, 2009). E-mail: jlcabaco@hotmail.com.

Samora Machel, o primeiro Presidente de Moçambique, usava dizer, referindo-se à dinâmica de muitos processos políticos, sociais e económicos, que não se pode parar o vento com as mãos.

A chamada globalização dos nossos dias insere-se, a meu ver, entre estes fenómenos. Dos méritos e potencialidades da globalização, muito se tem falado e sido divulgado pela mídia.

Selecionei para hoje esta conversa sobre aspectos da globalização em Moçambique porque, ao que tudo indica, as relações do Brasil com a África, e com Moçambique, vão finalmente intensificar-se nos diferentes níveis. Isto ocorre quando o Brasil representa a esperança de uma voz da periferia diversa do eco que tem respondido às determinações dos centros mundiais. As relações do Brasil com os nossos países materializar-se-ão, todavia, no quadro dos sistemas de troca mundial prevalecentes e, portanto, reputo interessante que ambas as partes possam aprofundar a natureza e a qualidade dos mecanismos que deverão operar.

A minha hipótese é de que a inevitabilidade da mundialização dos circuitos de troca não implica que ela tenha de se processar de forma brutal, agressiva e excludente, e percorrer, necessariamente, os caminhos imperiais que caracterizam a sua presente versão neoliberal. É preciso compreender as suas formas perversas para poder actuar alternativas viáveis.

Os pontos para os quais aqui quero pedir atenção nascem da apreciação que fiz dos efeitos políticos que acompanham o grande salto globalizante que se seguiu à revolução industrial e à invenção do telégrafo e da locomoção a vapor.

Moçambique foi efectivamente colonizado por Portugal nos finais do século XIX. Até lá, a ocupação territorial era limitada e descontínua, entremeada com reinos e impérios locais e sheicados afro-swahili.

A ocupação efectiva, preconizada pela Conferência de Berlim, realizou-se com a metodologia clássica da época:

- O desencadeamento de uma guerra de

ocupação destinada a desmembrar as formações políticas autóctones e a estabelecer o poder disciplinar da metrópole;

- Adeliberada interrupção da dinâmica endógena dos povos submetidos, contaminando os seus valores culturais pela combinação de medidas repressivas com a política de assimilação e a acção evangelizadora da Igreja Católica;
- A representação do colonizado como um subumano, um ser amoral, vivendo nas trevas, dominado pelas forças do mal, o que justificava quer a apreçoada “missão civilizatória”, quer o regime de trabalho obrigatório;
- A implantação de uma economia estrangeira “moderna” baseada no trabalho compulsivo e semi-escravo, onde se concentrava a acumulação, e de uma vasta área rural de reserva dominada de “economia de subsistência”;
- A formação de uma estratificação social fundada no racismo, com escassíssima mobilidade social, legalmente dividida entre “não-indígenas” e “indígenas”;
- A paulatina formação de pequenas elites urbanas dependentes, constituídas por mestiços e negros “assimilados” e de elites das chefaturas tradicionais cúmplices da administração colonial.

Com a conquista da independência e o êxodo massivo dos colonos, o primeiro governo moçambicano propôs-se promover um crescimento sócio-económico baseado nas próprias capacidades e a serviço da comunidade nacional. Confrontado com uma assustadora falta de recursos e de quadros qualificados, mas inspirado na experiência popular da luta de libertação, o novo poder optou por um modelo de desenvolvimento socialista, fundado no projecto da edificação do Estado-Nação. O Estado assume um papel central como intérprete e motor de uma proposta ideológica hegemônica no território. O nacionalismo empolgado e o firme propósito

de preservar a independência e soberania tinham necessariamente de se reflectir na concepção da nova economia do país.

A aproximação com o bloco dos países socialistas apresentava-se como a via para o estabelecimento de relações económicas internacionais que fugissem às tenazes de uma economia-mundo que, após 1950, ganhara um ímpeto e um poder sem precedentes. O governo moçambicano nacionalizou a terra e a habitação de rendimentos, colocou sob controle do Estado todos os sectores estratégicos, incluindo as principais empresas estrangeiras, fixou preços e salários, instituindo as principais empresas estrangeiras, fixou preços e salários, instituiu subsídios aos produtos alimentares básicos, socializou a educação e os serviços de saúde, criou mecanismos de controle sobre as importações e sobre a política cambial, definiu a agricultura como base da economia e defendeu a necessidade de uma industrialização acelerada e de uma geral modernização da sociedade.

Do projecto político, cuja análise é para o caso irrelevante, retemos apenas a dimensão da independência perseguida e, em alguns aspectos, conseguida. Pressões exercidas, em momentos sensíveis, por alguns parceiros privilegiados deste projecto, tanto ocidentais como de blocos socialistas, foram frequentemente objecto de acesa discussão e, por via de regra, prevaleceu o que então se considerava ser o “interesse nacional”, conformado ao princípio da decisão soberana dos órgãos de direcção nacional.

Por questões internas, que incluem graves erros cometidos, bem como por condicionalismos conjunturais – a vertiginosa subida dos preços do petróleo é um dos mais importantes –, o projecto desenvolvimentista e de autonomia perdeu o ímpeto inicial e viria a atolar-se na confrontação com o regime da África do Sul. Os estrategos militares do regime do “*apartheid*” conseguiram, em meados da década de 1980, tornar endémico no tecido social moçambicano o “conflito de baixa intensidade” que haviam desencadeado e conduzido. Mergulhado na guerra civil, Moçambique viu-se reduzido à condição

oficial de país mais pobre do mundo.

A situação de Moçambique tornara-se extremamente preocupante. O país arrastava-se vergado pelo peso da dívida acumulada, confrontado com o agravamento dos juros internacionais pelas alterações da política monetária reaganiana, sem uma contrapartida de crescimento económico e desenvolvimento social como resultado da ausência de capitais de investimento, da escassez de quadros qualificados, falta de uma consistente cultura de produção e acumulação, de opções incorrectas ou inoportunas, a que se juntaram uma sucessão de calamidades naturais e, principalmente, uma guerra que destruíra as suas débeis infraestruturas, com mais de um terço da população refugiada dos horrores do conflito nos países vizinhos. Os tradicionais parceiros de Leste estavam então em plena crise e o país necessitava de novos créditos, de uma urgente ajuda alimentar e da simpatia e credibilidade dos grandes doadores, que eram os países do Ocidente. Para o governo moçambicano, a adesão ao modelo de reestruturação económica que propunha o sistema internacional de Bretton Woods surgia como a única estrada a seguir.

Não é o objetivo deste texto historiar a reconversão da economia moçambicana à ordem neoliberal. O que se pretende salientar é o preocupante paralelismo da estrutura e da metodologia da reorganização da economia-mundo na última década do milénio, sob a cobertura ideológica da “globalização”, com o itinerário que, há cerca de um século e numa idêntica fase de mundialização acelerada do capital, conduziu à colonização directa do continente africano.

Logo após a independência, enquanto o sentimento de pertença a uma nova entidade – a Nação moçambicana – dialogava no íntimo das comunidades com processos identitários seculares finalmente libertadas, Moçambique foi assolado pela onda de instabilidade que preparou o caminho às forças globalizantes.

A primeira confrontação global aberta assumiu

a forma de um aceso debate opondo América do Norte e Europa à grande maioria dos países do Sul, sobre a Nova Ordem Internacional da Informação e Cultura. A importância estratégica do problema justificou a quase imobilização da UNESCO, por suspensão do pagamento de quotas dos seus maiores contribuintes (Estados Unidos da América, Reino Unido e Japão). “Operando à escala mundial, algumas agências de informação (...) adquiriram uma posição de força que lhes permite (...) dominar o mercado da informação, de uma forma que raia a agressão cultural”, escrevia em 1976, no seu livro *Moving Towards Change*, o senegalês Amadou Mahtar M’Bow. Seria ele quem, como Secretário Geral da UNESCO, sustentaria a resistência dos países do Terceiro Mundo ao assalto das grandes multinacionais da informação e à conseqüente homogeneização cultural que se aproximava.

Vivia-se uma época marcada pela derrota americana no Vietname e pelo fim do último império colonial, caracterizada por grandes debates sobre alternativas às relações de dependência herdadas da ordem colonial em busca de um mais democrático relacionamento da economia do planeta. Na obra citada, M’Bow adverte: “Este monopólio de fato opõe-se ao estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional”. A tremenda desigualdade do fluxo unidireccional da informação, entre quem a produzia e disseminava e quem a consumia, era afinal o prenúncio de uma “outra ordem” que nada tinha a ver com a esperança de um relacionamento democrático e de respeito pelo “outro” que animava então os países do chamado Terceiro Mundo. M’Bow sacrificou a sua carreira e a organização que dirigia para limitar a edificação do aparelho ideológico de uma nova era imperial. As potências ocidentais preparavam-se para retomar a dominação do mundo que fora abalada pela descolonização, pelas lutas guerrilheiras anti-imperialistas, pela crise social no interior das metrópoles e pela acção corrosiva dos ideais de paz, de fraternidade e de sociedade com os “condenados da terra”.

A instabilidade regional que caracterizou principalmente a década de 80 veio a se revelar como uma acção que visava o desmantelamento do Estado-Nação em Moçambique e a inviabilização do projecto de uma economia não subjugada à economia-mundo. Esta acção realizou-se em dois níveis. Ao nível localizado, através da estratégia de desestabilização regional conduzida pelo regime do “apartheid” por meio de operações militares e terroristas e das retaliações econômicas que, enquanto potência regional, exercia sobre os países vizinhos.

Ao nível global, pela estratégia mais ampla dos países do centro que, em nome das teorias desenvolvimentistas, estimulavam o endividamento externo dos Estados da periferia. Aumentava a dependência do continente africano e se reduzia drasticamente a sua importância na economia mundial. Em 1990 as trocas globais de África representavam já menos de 2% do volume de trocas mundial, sensivelmente metade do que representavam dez anos antes. Esta tendência negativa acentuou-se na última década do século passado.

Em meados de 1980, a produção mineira e agrícola de Moçambique estava paralisada devido à grave situação de insegurança e as exportações anuais tinham caído para menos de 200 milhões de dólares americanos. Exausto, abortada a tentativa de “fuga” à hegemonia econômica do capital internacional, o país é reconduzido pelas instituições de Bretton Woods ao “rebanho” dos países periféricos.

Estava-se, de facto, na consumação de uma nova “guerra de pacificação” em tudo semelhante à do fim do século XIX. O projeto hegemónico exigia que se dominassem os elementos rebeldes para se poder implantar a nova ordem política, social e econômica, essencial ao reforço e expansão do capital internacional. A estratégia foi total, conjugando os meios económicos com o recurso, onde necessário, ao “conflitos de baixa intensidade”. Com firmeza e agressividade, as potências ocidentais recuperavam a iniciativa econômica, política e ideológica.

A França, metrópole em plena reestruturação

da sua herança colonial, propusera, em 1964, à Conferência Mundial do Comércio de Genebra a aprovação de uma resolução em que se solicitava aos países industrializados que dedicassem à cooperação internacional com o chamado Terceiro Mundo, 1% do rendimento nacional. Consagrava-se, na época, a doutrina de Raul Prebisch para combater os desequilíbrios existentes entre “centro” e “periferia” e se instaurava uma nova abordagem das relações internacionais baseada na solidariedade e cooperação entre os Estados. Por este processo, pretendia-se igualmente reforçar a estabilidade política dos países de recente independência contribuindo, com a legitimação do governo nacional, para a consolidação da gestão dos Estados-Nação que se estavam formando. O Relatório Norte-Sul, apresentado em 1980 por Willy Brandt, retomava e actualizava essa filosofia de co-responsabilidade mundial. Atingia-se, então, o apogeu de uma verdadeira “globalização das consciências” por meio de uma mensagem humanista que, inspirada no destino do Sul, contagiava o Norte. Mas o pacifismo e a solidariedade não se conformavam com as exigências do capital internacional, fundado na indústria do armamento e com a necessidade vital de conquistar novos mercados.

A contraofensiva das grandes potências económicas do Ocidente, na década de 1980, contra o conceito de “solidariedade internacional” então em voga, retomou, de certa forma, dois princípios pelos quais António Enes se batera com firmeza um século antes: o primeiro era o de que a “periferia” não podia ter custos sem qualquer forma de retorno e, bem pelo contrário, tinha de ser fortemente integrada na economia-mundo **para contribuir para o reforço das economias “centrais”**; o segundo era o de que as formas locais de organização política e administrativa, neste caso o Estado nacional, representavam um potencial foco de resistência à realização destes desígnios pelo que era necessário enfraquecê-las.

A integração da economia nacional na economia-mundo definiu, entre outros objectivos, a desregulamentação, a livre circulação de bens e

capitais, o controle rigoroso sobre a circulação de pessoas, a redução drástica dos encargos públicos, a promoção da privatização das unidades produtivas e de serviços, a eliminação das barreiras proteccionistas. Em síntese, recriavam-se as condições para que os interesses do capital internacional se sobrepusessem, na periferia, aos interesses específicos de cada país dependente. A redução em curso, em nome da “liberdade”, das fronteiras comerciais e financeiras no sentido Norte-Sul, acentuou a divisão do mundo entre quem tem e quem não tem capacidade para as cruzar. Os agentes deste processo deveriam ser as instituições internacionais – financeiras, comerciais e aduaneiras – as quais, uma vez “pacificados” os rebeldes, deveriam proceder à adequação dos mecanismos e das políticas ao projecto global.

Com o fim da guerra em Moçambique, em 1992, cessou a derradeira dificuldade para um íntimo relacionamento entre o Estado e as Instituições Bretton Woods. O Governo adaptou a nova filosofia que desprezava a dimensão sociocultural e reduzia o desenvolvimento a uma fórmula rígida de indicadores financeiros. O acento tónico da elaboração da estratégia económica e, portanto, política do país, deslocou-se das prioridades da agenda nacional para os interesses do reajustamento estrutural. A dinâmica do desenvolvimento passou da ênfase na política agrária, no aumento da capacidade humana e produtiva endógena e na contracção dos consumos, para se concentrar no crescimento do sector moderno, destinado à exportação, na importação de “*know how*” e na canalização de limitada capacidade de financiamento nacional para o serviço da dívida e a expansão do consumo. Os indicadores macroeconómicos substituíram, no orgulho dos dirigentes moçambicanos, os progressos realizados na saúde pública ou no aumento da população escolar na primeira década da independência. O clube de doadores, que se reúne anualmente em Paris para aprovar novos créditos, fiscaliza com rigor a estreita aplicação dos programas concordados, aprova os novos projectos e faz depender da observância

das suas directivas a concessão dos novos créditos e donativos. O potencial de desenvolvimento de Moçambique – e isto é válido para os países que o Clube de Paris seleccionou como viáveis – está cada vez mais subordinado à ajuda internacional.

As medidas tomadas tiveram como inevitável consequência a acentuada redução da importância do Estado em Moçambique. E a sua deslocação do centro da cena política tem implicações bem mais amplas do que o da simples formulação teórica liberal. Em Moçambique, país pluriétnico e multicultural, o Estado (e inicialmente, a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO) é, antes de mais, o símbolo da independência conquistada. Ele é a representação da nova identidade que essa independência criou: a condição de moçambicano. Ao contrário de quanto sucedera no séc. XIX na Europa, o Estado não é aqui a Nação organizada dentro do seu território. Em Moçambique é em torno do Estado que se vão confirmando as fronteiras – que, no dizer de Eden Kodjo, antigo Secretário Geral da OUA, as pessoas, quotidianamente, “esmagam sob os pés” – e se vai reconhecendo paulatinamente a futura Nação. Não por acaso é comum ouvir, por todo o território, as populações dizerem que este caso se passou “na nação” ou que aquele indivíduo viajou para “a nação”, querendo com isto se referir à capital do país, onde reside a sede do Estado.

O enfraquecimento do Estado significa necessariamente a debilitação do sentimento, em gestação, de pertença a uma Nação moçambicana. O cidadão do país, que já vira postas em causa algumas das suas referências fundamentais em nome de uma proposta desta identidade mais “abrangente” e “moderna”, sente-se agora traído a meio do percurso. Os valores identitários tradicionais recompõem, em chave diferente, solidariedades anteriores.

Cento e cinquenta anos mais tarde, os interesses dos países mais desenvolvidos **interrompem**, com análoga brutalidade, o processo histórico africano impedindo, mais uma vez, a consolidação de identidades que permitissem salvaguardar, no quadro

do mundo actual, os interesses específicos dos povos do continente. Ao provocar o **desmoronamento dos Estados**, o “centro” volta a deixar as populações dos países africanos desprotegidas e divididas, lançadas no desespero da sobrevivência quotidiana. E o resultado disto espelha-se na situação caótica em que vivem, presentemente, muitos países da África Central. Em Moçambique, traduz-se já pela emergência de sintomas etnicistas, de rivalidades regionais e de sentimentos chauvinistas.

A redução do papel do Estado surge como um axioma da aceção presentemente imposta de “democracia”, como um valor universal desligado da história, da economia e da cultura de cada povo. No entanto, deixa-se na penumbra que, nos países desenvolvidos, a sua importância e a sua carga simbólica são bem mais fortes do que a imagem que dele se pretende dar e que a diminuição do papel do Estado se verificou nos sectores não vitais onde as reivindicações de participação das suas sociedades civis e dos grupos económicos organizados tornaram a tutela estatal mero exercício burocrático. Em Moçambique, país de larga maioria de população rural, a incipiente sociedade civil, como exercício da cidadania, é ainda um fenómeno urbano ensaiando os primeiros passos e os grupos económicos domésticos só muito excepcionalmente terão uma capacidade de intervenção equivalente. Daí que o enfraquecimento da função do Estado, não sendo resultado de uma exigência manifestada pela sociedade local, seja acompanhado da criação de um vazio de poder extremamente perigoso, no qual se inserem sectores ilegais de actividade, organizações criminosas e instituições estrangeiras.

No campo, a falta de uma consciência cidadã exprime-se pela gritante ausência de uma sociedade civil organizada. O vazio, neste caso, é colmatado pelas ONGs, quase todas estrangeiras e que se assumem frequentemente como a voz e tutela das prioridades e anseios das populações.

A liberalização total e acelerada da sociedade, que tornou Moçambique notícia internacional,

comportou, para a maioria dos seus habitantes, um sério agravamento das condições reais de vida: os serviços públicos ficaram, em geral, com os quadros menos qualificados e, perante as reduções orçamentais que lhes foram impostos, degradaram-se e corromperam-se; as privatizações aceleradas conduziram à alienação das unidades produtivas por grupos internacionais ou, em muitos casos, pelos especuladores imobiliários que, desrespeitando o concordado, deixaram de produzir e negociaram as infraestruturas físicas; o desemprego subiu vertiginosamente e está-se agravando com a privatização das grandes empresas públicas com os Portos e Caminhos de Ferro.

A “desnacionalização” do país vem passando também pela criação de obstáculos ao surgimento de uma indústria transformadora dominada por locais. O que se passou com a indústria do caju – Moçambique já foi um dos maiores produtores mundiais de castanha processada – é um exemplo clássico. Depois de um processo de privatização dominado pelo empresariado nacional, o Banco Mundial determinou, em 1995, a liberalização da venda do caju provocando a crise, frustrando o esforço financeiro dos novos proprietários das fábricas e lançando no desemprego dezenas de milhar de trabalhadores, na sua maioria mulheres. O argumento invocado, de que se estava protegendo o preço pago ao camponês, é igualmente revelador de como se perspectiva a inserção dos países da periferia no projecto globalizante: privilegiando-se a capacidade de consumo de um sector da população em detrimento da capacidade de produção do país, da criação de mais-valia, do potencial de investimento nacional, do desenvolvimento tecnológico.

A prática revelar-se-ia bem diferente. A Índia, o único importador do caju moçambicano, exerceu forte pressão baixando o preço do produto no mercado e proporcionando elevados lucros aos comerciantes. A argumentação do Banco Mundial revelou-se falaciosa. Eliminada a potencial liderança do empresariado nacional na indústria de processamento de castanhas de caju em Moçambique, as instituições de Bretton Woods “reconheceram o erro” ...

As concepções erradas e fortemente penalizantes como a mencionada, junta-se neste desenho estratégico, a obstrução, em nome da “igualdade de oportunidades”, a quaisquer iniciativas governamentais que visem promover o empresariado nacional ou compensar a **real desigualdade de oportunidades** com que se defrontam a cada momento. O gestor nacional é incentivado, pelo sistema, a intermediar os projectos de investimento estrangeiros numa posição subordinada e, muitas vezes, passiva. Sobrevalorizado, em honorários e em capital, essa intermediação encoraja-se objectivamente a formação de uma elite comprometida com a economia global.

Paralelamente, pratica-se uma política salarial discriminatória e humilhante que, para os mais idosos, parece ressurgir das campas rasas onde se julgavam definitivamente sepultos os tempos da colonização. De novo o trabalho do moçambicano é desvalorizado em relação ao de estrangeiros, as suas qualidades humanas e profissionais são depreciadas, a sua autoconfiança é abalada pela ostensiva segregação na periferia de tudo. Quando se sente estrangeiro na própria terra, o sentimento de cidadania desvanece-se, compromete-se o respeito pelo Estado, o exercício da democracia deixa de ter sentido.

Os valores de solidariedade social perdem ímpeto e emerge o instinto de sobrevivência mais elementar. A crise ética atravessa a sociedade, abrindo os atalhos por onde chegam a corrupção, primeira etapa do processo de criminalização dos países da periferia.

A corrupção é não só tolerada, mas promovida. O antigo bispo católico de Nampula, no norte de Moçambique, o prestigiado D. Manuel Vieira Pinto, defendia que a comunidade internacional “entrou no caminho da corrupção” para enfraquecer o Estado, desmoralizar o povo e tornar os funcionários seus instrumentos. Por quanto possa ser apaixonada, está análise reflecte a estrutura do fenómeno em Moçambique. A disparidade das condições de vida entre estrangeiros e nacionais e os apelos ao imaginário trazidos no assalto dos “*mass media*”

internacional complementam as condições de que se nutre a corrupção.

Finalmente, a ofensiva contra o Estado nacional passa também pela alteração dos mecanismos da ajuda internacional. Com o papel determinante assumido pelas Organizações Não Governamentais, esse apoio deslocou-se da intermediação do Estado, que definia prioridades e metodologias, para as intervenções focalizadas e localizadas, em contacto directo com as comunidades, usando metodologias e estabelecendo prioridades em conformidade com os interesses e estratégias das próprias ONGs. “... Depois da Conferência de Berlim houve guerras que estabeleceram o controle colonial do continente. Depois vieram os missionários que prepararam o terreno para os capitalistas. Houve guerra outra vez e agora vieram as ONGs. São os novos missionários.” A citação é de um director provincial moçambicano e é referida por Joseph Hanlon no seu livro *Mozambique: who calls the shots?* (HANLON, 1991).

Moçambique, como programa de reajustamento económico, vive uma fase de radicalização social. O crescimento económico enriquece os estrangeiros e um pequeno estrato de nacionais, enquanto a sobrevivência de faixas sempre mais amplas da população é garantida, exclusivamente, pelo exercício informal de comércio e serviços ou pelo recurso a actividades e práticas ilegais. A “agricultura de subsistência”, para onde eram relegados os excedentes do mercado de trabalho, é substituída pelo novo conceito de “economia auto-sustentável”. Tais projectos, como o próprio nome indica, não têm como objectivo central a criação de desenvolvimento. Falta-lhes continuidade e os meios e tecnologia postos à sua disposição não lhes permitem um crescimento que os torne competitivos e estabilizados. O seu fim é o de assegurar com os menores encargos para o sector moderno da economia, a sobrevivência da parte “não útil” da população e a sua participação no sector moderno da economia como pequenos consumidores. A teoria do desenvolvimento dualista dá lugar a um verdadeiro “desenvolvimento separado”.

O trem da hegemonia planetária, tecnológico e veloz, ganha velocidade e são poucos, na periferia, os que conseguem lugar nas últimas carruagens. Nestes países, a linha de demarcação entre as elites integradas na área globalizada e a massa dos excluídos deixou de passar pelas fronteiras geográficas ou pela identificação nacional para atravessar grupos étnicos, comunidades, famílias. Os velhos mecanismos da solidariedade auto-defensiva estão em crise perante as regras impessoais dessa pós-modernidade ou as exigências de fidelidades que não deixam espaços ao compromisso. A população de Moçambique, dividida pelo colonialismo entre indígenas e não indígenas, reencontra-se agora seccionada entre os que têm acesso à “aldeia global” e os que irremediavelmente estão remetidos a uma dimensão espaço-temporal que os afasta cada dia mais da época de que são contemporâneos.

Esta questão levanta mais duas analogias com a fase de colonização:

Por um lado, a correlação entre dominação e segmentação da massa, entendendo esta, com Ortega y Gasset, como “o conjunto das pessoas não especialmente qualificadas”. As fases de expansão do capital internacional fazem-se inevitavelmente acompanhar, nos países periféricos, de períodos caracterizados pela afirmação das diferenças e pela erupção de elementos desagregadores nos diversos níveis das organizações sociais.

Por outro lado, a criação da já mencionada elite local, cooptada pela elite internacional, psicologicamente “colaboracionista”, está pronta a pagar o preço da desvinculação das próprias raízes pela apropriação de uma modernidade que lhe chega de fora. Como no passado, a ideologia dominante defende estes novos candidatos à “assimilação” global, apresentando a elite local como uma nova espécie, os primeiros exemplares dos moçambicanos do futuro.

A globalização propõe uma nova formula da dinâmica “assimilação/exclusão”. Ainda que projectando-se como a força transcendente e

universalizadora da modernidade e da modernização, “o capitalismo global é, na verdade, um processo de ocidentalização (...)”, escreve Kevin Robins em *“Tradition and translation: national culture in its global context”* (ROBINS, 1991). O processo é acompanhado, em nome da diversidade cultural e do respeito pelo “outro”, pelo estímulo ao renascimento das culturas locais. Porém, a questão polariza-se no “global” e no “local” deixando no vazio uma cultura nacional em gestação, a qual, sem o oxigênio dos vectores agravantes do Estado-Nação, risca a asfixia. À fragmentação socio-económica associa-se a fragmentação cultural. Os elementos centrífugos da dinâmica social são favorecidos por esta abordagem e os resultados estão à vista na Somália, Libéria, Serra Leoa, nos dois Congos, Ruanda, Burundi etc.

A metodologia de implantação do sistema de democracia pluralista em Moçambique é, como singular coerência, exemplo paradigmático do já referido “desenvolvimento separado”: cria-se o parlamento nacional para o qual o cidadão das zonas rurais vota, regra geral, com muita escassa ou nenhuma informação. Os deputados eleitos trabalham em conformidade com agendas que pouco ou nada têm a ver com a realidade quotidiana dos eleitores e raramente, quando o fazem, lhes prestam contas da sua actividade. Para alguns destes eleitores ficará, do acto eleitoral, uma ideia vaga do exercício do pluralismo no qual a sua opinião é solicitada de cinco em cinco anos. Apenas uma minoria tomará consciência de que, pelo uso do direito de voto, será possível intervir sobre a realidade e modificá-la. Se a interiorização da cidadania ampla do moçambicano fosse o objectivo central da acção da comunidade internacional, seria lógico que se procurasse concentrar a “educação” cívica e política na escolha dos dirigentes das comunidades de base introduzindo princípios elementares do exercício democrático. Aí, o camponês das zonas mais remotas iria aprender que, por meio do uso do voto, é possível escolher a alternativa mais capaz e melhorar, assim, a própria vida. Mas não é isso que sucede: quando o exercício

democrático se situa na zona dos “excluídos”, mais uma vez em nome do respeito pela diferença, “reconhecem-se virtudes democráticas” à tradição e confia-se à legitimidade linhageira a direcção das comunidades. Para os marginalizados, prevalece a abordagem dos antropólogos, inaceitável para as elites cooptadas pelos poderes hegemónicos.

A globalização vive ainda um período de ascensão. Mesmo se alguns teóricos começam a falar já de “desglobalização”, a concentração de riqueza e o exercício directo do poder político pelos grupos económicos, a manipulação cultural e ideológica por meio da massificação dos modelos e dos valores, a progressiva exclusão do cidadão comum do gozo efectivo dos seus direitos políticos, sociais e culturais continuam a construir pontos cardiais do projecto de dominação planetária.

A dimensão e a velocidade de quanto ocorre tornam ineficazes mecanismos tradicionais de resistência que caracterizaram os últimos cinquenta anos.

Mas resistir é uma questão vital como o foi na passagem do século XIX para o século XX quando, perante o ímpeto avassalador do colonialismo, os povos não encontravam formas de impedir a subordinação das suas sociedades aos interesses e à vontade dos estrangeiros. Apesar disso, as tentativas de contrariar a hegemonia dos colonizadores nunca cessaram e, quando as condições conjunturais se alteraram a favor da autodeterminação dos povos, foi nesse património de resistência, no espírito de independência e na experiência partilhada que ele simbolizava, que se inspiraram as organizações anticoloniais.

Hoje, felizmente, intervêm novos factores, dois dos quais parecem encerrar especialmente interesse: a existência de áreas desprezadas pela globalização e as possibilidades de intervenção dos marginalizados.

O processo de exclusão e a debilitação dos aparelhos estatais permite o aparecimento de áreas sociais e geográficas onde a presença global se faz sentir de um modo muito atenuado. É certo, como já

vimos, que o império pretenda cobrir esses espaços com a intervenção das ONGs e organismos religiosos mas o facto de que a estas instituições falta uma autoridade legitimada e o poder de coacção que caracterizava a acção dos Estados permite a existência de áreas às quais, tomando o tipo de terminologia da luta de libertação nacional, se poderia chamar de “semiocupadas”. Ao Estado e à sociedade civil em formação nos países da periferia compete aprofundar o conhecimento e pesquisar as oportunidades de desenvolvimento económico e social endógeno de cada um desses espaços.

Paralelamente, e ao contrário do que sucedia há um século, no debate sobre o potencial e a perversidade da estratégia de hegemonia contemporânea, as suas vítimas principais – os excluídos da periferia mundial – têm maior possibilidade de participação em tempo real e são solicitadas, pela experiência de segregação e exploração vividas, a um mais directo protagonismo. Apetrechados com a reivindicação da sobrevivência, se se conscientizarem da importância de defender e preservar a própria identidade e se reclamarem o direito que lhes cabe de acesso a uma produção de bens e serviços sem precedentes na história da humanidade, os excluídos ir-se-ão apercebendo que a confrontação por uma vida digna e pela sua liberdade se torna sempre mais inevitável.

Em simultâneo com os progressos que se venham a registrar no sector moderno da economia de Moçambique, é nas áreas “semiocupadas” que se podem consolidar valores genuínos e saberes locais capazes de dialogar com as culturas globais e onde se pode ensaiar e estimular um processo de apropriação da modernidade que resulte de exigências endógenas e reais da comunidade.

É responsabilidade das nossas elites dirigentes e dos intelectuais do país estarem alertas contra as insídias de uma nova colonização. É a estas elites que se dirige o canto das sereias na tentativa de as aliciarem, alienarem das próprias raízes e cooptarem. Pacientes como Penélope, os excluídos continuam tecendo o manto da própria cultura e da própria vida

e é a eles que as elites, como Ulisses, têm de tornar.

## Referências bibliográficas

BRANDT, Willy. *North-South: a programme for survival* (Brandt Report). Londres: Pen Books, 1980.

FRIS, Cecile; REENBERG, Annette. Emerging land systems drivers. In: *Interconnected World*, GLP Report nº 1, GLP-IPO, Copenhagen, 2010.

HANLON, Joseph. *Mozambique: who calls the shots*. Londres: James Currey, 1991.

M'BOW, Amadou Mahtar. *Moving towards change: some thoughts on the New International Economic Order*. Paris: UNESCO, 1976.

ROBINS, Kevin. Tradition and translation: national culture in its global context. CORNER, James; HARVEY, Sylvia (Eds.). *Enterprise and heritage crosscurrents of national culture*. Londres: Routledge, 1991.